

mercado

Prévia da inflação dispara e supera teto da meta do ano

Sob pressão da gasolina, IPCA-15 avança 0,93% em março e 5,52% em 12 meses

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Com forte pressão da gasolina, a prévia da inflação de março disparou para 0,93%, ante 0,48% no mês anterior, informou nesta quinta (25) o IBGE. Foi a maior taxa do indicador para um mês de março desde 2015.

Em 12 meses, o índice acumula alta de 5,52%, superando o teto da meta estabelecido pelo Banco Central para o ano pela primeira vez desde novembro de 2016. Para especialistas, o teto também deve ser superado pelo índice oficial de inflação, o IPCA, já em março.

O cálculo do IPCA-15 usa a mesma metodologia da pesquisa do IPCA. A diferença está no período de coleta dos preços, que no primeiro caso é iniciada na segunda quinzena do mês anterior, e na abrangência geográfica, com menos localidades pesquisadas.

“Quando a gente olha a trajetória de 12 meses, o indicador vai passar o ano bastante desconfortável e acima do teto por bastante tempo”, diz a economista do Itaú Julia Passabom. Ela prevê que, em junho, a inflação de 12 meses baterá os 7,80%.

O IPCA fechado de fevereiro já se aproximava do teto da meta, ao acumular em 12 meses alta de 5,20%. O resultado fechado de março só será divulgado no início de abril, mas a tendência é que o indicador siga pressionado pela alta do petróleo e pelos repasses do custo cambial a bens industriais.

Neste início de março, a maior pressão veio dos combustíveis. Principal componente no cálculo da inflação oficial, a gasolina contribuiu sozinho com 0,56 ponto percentual do IPCA-15. O produto registrou alta de 11,18% em março, reflexo dos reajustes promovidos pela Petrobras entre o início de 2020 e a semana passada.

Na sexta (19), a estatal reduziu pela primeira vez o preço do combustível no ano, com queda de 5%. Na quinta (25),

Prévia da inflação acelera

Varição do IPCA-15, em %



Varição por grupos

Transportes	3,79
Habitação	0,71
Artigos de residência	0,55
Saúde e cuidados pessoais	0,24
Alimentação e bebidas	0,12
Despesas pessoais	0,1
Vestuário	0,03
Comunicação	0,02
Educação	-0,51

Fonte: IBGE

houve novo corte, de 4%, mas os repasses ainda não chegaram totalmente às bombas.

O IBGE detectou altas também em outros combustíveis: o etanol subiu 16,38% em março; o óleo diesel, 10,66%; e o gás natural veicular, 0,39%. Assim, o custo dos transportes subiu 3,79%, ante 1,11% em fevereiro.

Os combustíveis impactaram também o custo da habitação, que subiu 0,71% na prévia da inflação de março, informou o IBGE. A alta foi puxada pelo gás de botijão (4,60%), no décimo mês consecutivo de alta, e do gás encanado (2,52%). A taxa de água e esgoto (0,68%) também acelerou em relação a fevereiro.

Principal fator de pressão da inflação no primeiro ano de pandemia, o preço dos alimentos segue em desaceleração. Nesta prévia da inflação de março, tiveram alta de 0,12%, ante 0,56% no mês anterior.

“Os alimentos para consumo no domicílio caíram 0,03% após sete meses consecutivos de alta, sobretudo em razão das quedas de tomate (-17,50%), batata-inglesa (-16,20%), leite longa vida

(-4,50%) e arroz (-1,65%). No lado das altas, as carnes aumentaram 1,72%”, disse o IBGE.

A alimentação fora do domicílio também desacelerou, para 0,49% em março, ante 0,56% de fevereiro. A perda de ritmo foi influenciada pelo lanche (0,64%) e pela refeição (0,33%), itens que, em fevereiro, aumentaram 1,20% e 0,37%, respectivamente.

A avaliação é que, além de fatores sazonais, o fim do auxílio contribuiu para a desaceleração de preços dos alimentos, ao reduzir o poder de compra do brasileiro e, consequentemente, a demanda por determinados itens.

Dos nove grupos pesquisados pelo IBGE para calcular a inflação, apenas um teve deflação. Foi o custo da educação, que caiu 0,51% após alta de 2,39% em fevereiro, quando foram captados os reajustes anuais de cursos regulares.

A escalada inflacionária dos últimos meses levou o Copom (Comitê de Política Econômica) do Banco Central a elevar a taxa básica de juros pela primeira vez desde 2015. A alta de 0,75 ponto percentual

preendeu o mercado, que esperava 0,5 ponto percentual.

De acordo com a ata da reunião, divulgada na terça (23), a avaliação do comitê é que a atividade econômica não sofrerá tanto com a pandemia quanto em 2020, mas os choques de preços, ainda que pontuais, ameaçam o cumprimento das metas de inflação.

Para economistas, o resultado do IPCA-15 reforça a necessidade de atuação do Copom. O banco Goldman Sachs, por exemplo, estima que a probabilidade de que o teto seja estourado neste ano subiu de 8% para 41%.

Embora a maior influência no momento venha de preços do petróleo, o mercado vê pressão consistente no chamado “núcleo da inflação”, conceito que exclui efeitos de choques temporários de preços. Entre o IPCA-15 de fevereiro e o de março, a inflação desse núcleo acumulada em 12 meses subiu de 3% para 3,3%.

Ortiz Cruceo, economista da Guide Aleandro, acrescenta que os preços do petróleo devem continuar pressionados, diante das perspectivas de aumento no ritmo de vacinação contra a Covid-19 e de reabertura das economias.

“Retomada econômica significa mais demanda por energia, que, por sua vez, induz maiores preços no mercado internacional e, naturalmente, estes serão repassados continuamente ao mercado doméstico”.

Passabom, do Itaú, lembra ainda que, nos próximos meses, os índices de inflação anuais também sofrerão efeitos da retirada, da base de cálculo, dos primeiros meses da pandemia, quando as taxas foram muito baixas ou até negativas.

Assim, passarão a concentrar os efeitos do choque de preços de alimentos, bens industriais e petróleo iniciados a partir do segundo semestre de 2020. Ela acredita, porém, que o IPCA chegará ao fim do ano em 4,7%, abaixo do teto, mas acima do centro da meta.

Piora fiscal afeta mais os preços que agravamento da pandemia, afirma BC

Larissa Garcia

BRASÍLIA Estudo do Banco Central divulgado dentro do relatório trimestral de inflação nesta quinta (25) mostrou que a deterioração do quadro fiscal tem mais peso na inflação, puxando para cima, que o agravamento da pandemia de Covid-19, que teria efeito para baixo.

No documento, a autoridade monetária traçou três cenários alternativos para a inflação deste ano e de 2022, um com piora significativa nas contas públicas e na trajetória da dívida do governo e outro com agravamento da pandemia de Covid-19. No terceiro, os dois choques foram combinados.

“Em relação ao risco fiscal, usamos como base o que ocorreu entre 2014 e 2015, com aumento da dívida e do risco. Colocamos aquele experimento no mundo de hoje”, disse o diretor de política econômica do BC, Fabio Kanczuk.

“No caso da pandemia, adicionamos um agravamento ainda pior do que o que temos hoje com efeito na atividade em cima de um PIB já abaixo das expectativas, de maneira permanente”.

Segundo o exercício, os eventos começariam a ocorrer a partir do 4º trimestre.

“O aumento da inflação se dá pelo repasse cambial, tanto para preços livres como administrados, pelo aumento da taxa de juros real neutra e pelos efeitos nas expectativas de inflação. No sentido contrário, atua o efeito da atividade econômica de uma maior incerteza”.

O risco fiscal elevaria a inflação de 2021 em 0,7 ponto percentual, e a de 2022, em 2,4 pontos. Dessa forma, o indicador fecharia em 5,7% e em 5,9%, respectivamente.

Já o agravamento da crise sanitária puxaria os preços em 0,5 ponto para baixo neste ano e 0,3 ponto em 2022. Nesse caso, a inflação ficaria em 4,5% e 3,2% nos mesmos períodos.

A incerteza sobre a velocidade em que a vacinação se dará, assim como sobre a própria dinâmica de contá-

gio do vírus, é questão relevante nos prognósticos da atividade econômica e da inflação”, ponderou o estudo.

Na terceira simulação, o BC adicionou 15% do risco fiscal e 50% da intensidade da piora da pandemia. No contexto, os efeitos seriam de redução da inflação em 0,1 ponto em 2021 e aumento de 0,2 ponto em 2022 (4,9% e 3,7%).

“Os pesos foram escolhidos aleatoriamente, é mais um exercício para mostrar como as simulações são feitas”, esclareceu Kanczuk.

Projeção para IPCA vai a 5%, perto do limite de tolerância

No relatório, o BC revisou para cima a projeção para a inflação de 2021, que ficou em 5%, 1,25 ponto acima da meta, mas ainda dentro do intervalo de tolerância.

No relatório de inflação anterior, o BC projetava 3,4% para 2021 e 3,4% para 2022.

A simulação feita pela autoridade monetária mostra que os preços podem acelerar 4,2% no melhor cenário. No pior, a inflação estouraria o teto e chegaria a 5,8%.

A meta fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) é de 3,75%, com tolerância de 1,5 ponto para cima e para baixo.

No texto, o BC diz que a probabilidade de estourar o teto aumentou em 33 pontos percentuais desde o relatório anterior —era de 8% e passou para 41%.

“Reconhecemos que houve inflação a curto prazo mais alta que o esperado, e a persistência desse movimento, gerado principalmente por commodities, de certa forma tem contaminado outros elementos”, afirmou o presidente do BC, Roberto Campos Neto.

Para tentar conter a escalada de preços, o Copom (Comitê de Política Monetária) elevou a taxa básica de juros (Selic) em 0,75 ponto percentual, a 2,75% ao ano, no dia 17. A alta veio acima das expectativas do mercado.

www.cpf.com.br

cpfl sul geradora

Sul Geradora Participações S.A.

CNPJ nº 02.689.862/0001-07

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Sul Geradora Participações S.A. (Sul Geradora), uma sociedade constituída com objetivo de participar no capital de outras companhias, submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. As demonstrações financeiras na íntegra e relatório da administração estão disponíveis na sede da Companhia e podem ser acessadas em www.cpf.com.br/ri.

A Administração

Balancos Patrimoniais		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31/12/2020	31/12/2019
Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)					
ATIVO		Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	182	Fornecedores	35	7	
Total do circulante	182	Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	1	1	
Não circulante		Mútuos com coligadas, controladas e controladora	322	152	
Intangível	3	Total do circulante	357	160	
Total do não circulante	3	Não circulante			
		Mútuos com coligadas, controladas e controladora	120	—	
		Total do não circulante	120	—	
Total do ativo	184	Patrimônio líquido			
		Capital social	1.000	1.000	
		Lucros/(Prejuízos) acumulados	(1.293)	(1.154)	
		Total do patrimônio líquido	(293)	(154)	
		Total do passivo e do patrimônio líquido	184	6	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Demonstrações do Valor Adicionado		2020	2019
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)		Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)			
Capital social	Prejuízos acumulados	Total	1 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(123)	(97)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	17.218	(17.262)	(44)	(123)	(78)
Resultado abrangente total	—	(110)	(110)	(123)	(97)
Prejuízo do exercício	—	(110)	(110)	(2)	(2)
Transações de capital com os acionistas	(16.218)	16.218	—	(125)	(99)
Redução de capital	(16.218)	16.218	—	(2)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.000	(1.154)	(154)	(125)	(99)
Resultado abrangente total	—	(138)	(138)	(125)	(99)
Prejuízo do exercício	—	(138)	(138)	(125)	(99)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.000	(1.293)	(293)	(125)	(99)

DIRETORIA		
RICARDO MOTOYAMA DE ALMEIDA Diretor Presidente	YUEHUI PAN Diretor	FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO Diretor

CONTABILIDADE		
LEANDRO FERNANDES PINTO Coordenador de Serviços Contábeis - CRC SC-033378/O-1		